

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

Vol. 2

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF.^a. DR.^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadoras

PROF.^a. DR.^a. ADRIANA SILVA MAILLART
PROF.^a. DR.^a. FERNANDA TARTUCE SILVA

ACESSO À JUSTIÇA II

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A174

Acesso à justiça II

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira /
Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Adriana Silva Maillart / Fernanda
Tartuce Silva.

Título independente - Curitiba - PR : vol.2 - 1ª ed.
Clássica Editora, 2014.

571p. :

ISBN 978-85-99651-90-2

1. Direito – arte – desenvolvimento.

I. Título.

CDD 341.2

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	15
O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E AS TAXAS JUDICIÁRIAS (Lucas Antônio Bueno)	21
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E AS TAXAS JUDICIÁRIAS	24
CAPÍTULO 2 AS ELEVADAS TAXAS JUDICIÁRIAS COMO UM ÓBICE AO LIVRE ACESSO À JUSTIÇA	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
O JUS POSTULANDI E O ACESSO À JUSTIÇA NO PROCESSO DO TRABALHO (Anna Flávia Magalhães de Caux Barros e Mariana Lamego de Magalhães Pinto)	50
INTRODUÇÃO.....	51
BARREIRAS AO ACESSO À JUSTIÇA	53
JUS POSTULANDI: CONCEITO, HIPÓTESES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO NACIONAL E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA APLICAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	54
A INVIABILIDADE DO JUS POSTULANDI PARA A GARANTIA DO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA	61
ALTERNATIVAS AO JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	75
DO INDIVIDUAL AO COLETIVO: O ACESSO À JUSTIÇA COLETIVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL (Marcelo Antonio Theodoro e Thaisa Maira Rodrigues Held)	80
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	81
O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL	84
A INEFICÁCIA SOCIAL DA TUTELA INDIVIDUAL E OS CAMINHOS PARA A TUTELA COLETIVA	87
A INFLUÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS NO DIREITO ANGLO-SAXÃO: AS CLASS ACTIONS	92
A CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À TUTELA COLETIVA	96
INTERESSES OU DIREITOS DIFUSOS OU METAINDIVIDUAIS	100
A EFETIVIDADE SOCIAL DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COLETIVA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	107

O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DA TUTELA COLETIVA – O PAPEL DO AMICUS CURIAE NA TEORIA DEMOCRÁTICA PÓS-MODERNA (Patrícia da Costa Santana)	110
INTRODUÇÃO	111
O ACESSO À JUSTIÇA	112
ACESSO À JUSTIÇA PARA DIREITOS SEM SUJEITO DETERMINADO	114
ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	116
O ACESSO À JUSTIÇA NAS AÇÕES COLETIVAS: AS DIFICULDADES, INCOMPREENSÕES E EXTINÇÃO DO PROCESSO	119
O PAPEL DO AMICUS CURIAE NO ACESSO À JUSTIÇA	122
A ATUAÇÃO EFETIVA DO AMICUS CURIAE NA TUTELA COLETIVA DE DIREITOS	125
CONCLUSÕES	129
REFERÊNCIAS	130
O ÂMBITO DE COGNIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO COLETIVO: PERSPECTIVAS À ADEQUADA CONSECUÇÃO DO CONTROLE JUDICIAL (Fernanda Raquel Thomaz de Araújo e Luiz Fernando Bellinetti)	141
INTRODUÇÃO	142
APONTAMENTOS TEMÁTICO-METODOLÓGICOS	144
O PROCESSO COLETIVO A SERVIÇO DA EXIGÊNCIA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA DE ALINHAMENTO DA ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA ÀS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	144
O ÂMBITO DE COGNIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO JUDICIÁRIO: O OBJETO DE COGNIÇÃO E SUA ANÁLISE DIFERENCIADA NAS FASES PROCESSUAIS DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	151
CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS DO PROVIMENTO JURISDICIONAL PARA A EFETIVIDADE DE SUA CONSECUÇÃO: O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO CRITÉRIO DE LIMITAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO JUDICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	161
CONCILIAÇÃO E A RESOLUÇÃO ADEQUADA DOS CONFLITOS (Rafael Simões Anderson e Viviane Cristina Rodrigues Cavallini)	164
INTRODUÇÃO	165
DA CONCILIAÇÃO E O PAPEL DO CONCILIADOR	166
DA CONCILIAÇÃO NOS DIFERENTES RAMOS DO DIREITO	169
DA AUDIÊNCIA E DOS MOMENTOS PARA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	183
DOS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A CONCILIAÇÃO	185
DAS VANTAGENS DA CONCILIAÇÃO	187

CONCLUSÃO	188
REFERÊNCIAS	189
A JURISDIÇÃO E A MEDIAÇÃO: DA AUTORIDADE À AUTONOMIA (Marcela Rodrigues Souza Figueiredo e Fabiana Alves Mascarenhas)	193
INTRODUÇÃO	194
A CRISE POR QUE PASSA O PODER JUDICIÁRIO: BREVE ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO AUMENTO DA LITIGÂNCIA	195
A CRISE DO PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO DO DIREITO	197
DIFERENÇAS ENTRE A JURISDIÇÃO E A MEDIAÇÃO NA PERSPECTIVA DE UMA JUSTIÇA PARTICIPATIVA	201
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO CIDADÃO ATRAVÉS DO ESTÍMULO DO DIÁLOGO E DO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	207
ACESSO À JUSTIÇA E MEDIAÇÃO: INSTRUMENTOS VIABILIZADOS PELA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988 (Renata Mayumi Sanomya e Rozane da Rosa Cachapuz)	214
INTRODUÇÃO	214
O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO COMO MEIO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	216
O ESTUDO COMPARADO DA MEDIAÇÃO	224
CONCLUSÃO	227
REFERÊNCIAS	228
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E DA MEDIAÇÃO (Ana Carolina Farias Almeida da Costa e Francisco Ferreira Chagas Júnior)	230
INTRODUÇÃO	231
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	232
DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO	236
JUSTIÇA RESTAURATIVA	238
MEDIAÇÃO	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	246
CONFLITO E COOPERAÇÃO: AS VANTAGENS DA ARBITRAGEM (Ricardo Soares Stersi dos Santos e Horácio Wanderlei Rodrigues)	249
COOPERAÇÃO E CONFLITO	250
ARBITRAGEM	254

VANTAGENS DA ARBITRAGEM	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
REFERÊNCIAS	263
ARBITRAGEM E DIREITO À SAÚDE: POSSIBILIDADE E EFICÁCIA DE USO DO MÉTODO ARBITRAL PARA GARANTIR O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE (Lissandra Christine Botteon (BOTTEON, L.C.))	265
INTRODUÇÃO	266
A ARBITRAGEM COMO MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	268
A ARBITRAGEM COMO ESTRATÉGIA JURÍDICA	270
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E ARBITRAGEM	273
DIREITOS POSSÍVEIS DE SEREM ASSEGURADOS ATRAVÉS DA ARBITRAGEM	275
ALCANCE DO USO DA ARBITRAGEM PARA GARANTIR DIREITOS À SAÚDE	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
REFERÊNCIAS	281
O ACESSO À TUTELA JURISDICIONAL: DIREITO OU PUNIÇÃO? (Bárbara Galvão Simões de Camargo e Yvete Flávio da Costa)	284
INTRODUÇÃO	285
A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO ACESSO À JUSTIÇA	287
O TEMPO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	291
A QUALIDADE DAS DECISÕES JURISDICIONAIS	295
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
REFERÊNCIAS	300
ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVIDADE DO PROCESSO (Roberto Ribas Tavarnaro e Fernando Gustavo Knoerr)	303
INTRODUÇÃO	304
HISTÓRICO	305
JURISDIÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL	307
OBSTÁCULOS / BARREIRAS	309
SOLUÇÕES	312
CONCLUSÃO	328
REFERÊNCIAS	329
A BUSCA DO MEDICAMENTO EM UMA ORDEM JURÍDICA JUSTA: ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (Adriana Goulart de Sena Orsini e Caio Augusto Souza Lara)	333

NOTAS INTRODUTÓRIAS	334
CONCEPÇÕES DE ACESSO À JUSTIÇA E O FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS POR VIA JUDICIAL	335
JUDICIALIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA SAÚDE	337
O MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL	341
A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E DESNECESSIDADE DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	343
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO FORA DAS LISTAS DO SUS, APENAS MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE SUA IMPRESCINDIBILIDADE	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
REFERÊNCIAS	348
A TÉCNICA LEGISLATIVA DAS CLÁUSULAS GERAIS E O NOVO PAPEL DOS JUÍZES (Antonio César Bochenek e Vinicius Dalazoana)	350
INTRODUÇÃO	351
A DIFÍCIL DEFINIÇÃO DE CLÁUSULA GERAL	352
A TÉCNICA LEGISLATIVA DA CLÁUSULA GERAL: A CONTRAPOSIÇÃO AO MÉTODO DA CASUÍSTICA	356
AS CLÁUSULAS GERAIS E A ATIVIDADE CRIATIVA EXIGIDA DOS JUÍZES	359
AS FUNÇÕES DOS JUÍZES NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA	364
CONCLUSÕES	369
REFERÊNCIAS	371
NORMATIVIDADE. CLÁUSULAS GERAIS, CRIATIVIDADE E DECISÃO JUDICIAL: CAMPO PARA A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL? (Sérgio Tadeu Pupo)	376
INTRODUÇÃO	377
O DELINEAR DO JUIZ DO SÉCULO XXI	378
O JUIZ COMO HERMENEUTA	381
A CRIATIVIDADE JUDICIAL	383
CLÁUSULAS GERAIS E O NOVO CÓDIGO CIVIL	384
ENTRE A CRIATIVIDADE E A DISCRICIONARIEDADE DIANTE DAS CLÁUSULAS GERAIS	387
CONSIDERAÇÕES FINAIS	393
REFERÊNCIAS	395
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA: ENTRE O EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA E O CUMPRIMENTO MERAMENTE FORMAL DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS (Flávia Elaine Soares Ferreira)	397
INTRODUÇÃO	398

INCLUSÃO ATRAVÉS DO ACESSO À JUSTIÇA	399
EXPANSÃO DA ATIVIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO MEIO DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA ..	407
CONCLUSÃO	411
REFERÊNCIAS	412
CRISE DE LEGITIMIDADE DO PODER LEGISLATIVO E ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO FENÔMENO COMO FATOR DE RISCO PARA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Lucyellen Roberta Dias Garcia e Ricardo Almeida Zacharias)	414
INTRODUÇÃO	415
O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	416
DA CRISE DE LEGITIMIDADE DO PODER LEGISLATIVO	422
O ATIVISMO JUDICIAL E O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA	428
CONSIDERAÇÕES FINAIS	430
REFERÊNCIAS	432
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ENTRE O DIREITO E O POLÍTICO, CAMINHOS PARA A AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA ESTATAL (Adriana Gomes Medeiros de Macedo e Artur Cortez Bonifácio)	434
INTRODUÇÃO	435
A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO: A SUPERAÇÃO DO MODELO POSITIVISTA	437
O AVANÇO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	441
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ENTRE O JURÍDICO E O POLÍTICO, CAMINHOS PARA A AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA ESTATAL	442
CONCLUSÃO	446
REFERÊNCIAS	449
JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA (Rodolfo Luiz Maderic Richardo e Sérgio Pereira Braga)	451
INTRODUÇÃO	452
O DIREITO CONSTITUCIONAL, A SEPARAÇÃO DOS PODERES E NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA	455
A CONFIGURAÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A JUSTIFICATIVA PARA A IDENTIFICAÇÃO DO FENÔMENO COMO ESTRUTURANTE NO SISTEMA JURÍDICO	464
A JURIDICIDADE DO CONTEÚDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO SINAIS DE GLOBALIZAÇÃO E NÃO DE POLÍTICA	466
A SEGURANÇA JURÍDICA, A NECESSIDADE DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS E A CONCRETIZAÇÃO DOS VALORES CONSTITUCIONAIS	468
CONSIDERAÇÕES FINAIS	470

REFERÊNCIAS	472
O ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Arthur Bezerra de Souza Juniore e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug)	475
INTRODUÇÃO	476
O ATIVISMO JUDICIAL	477
O NEOCONSTITUCIONALISMO	481
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ATIVISMO JUDICIAL	483
FATORES ENSEJADORES DO ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	488
CONCLUSÕES	491
REFERÊNCIAS	492
O DIFÍCIL ACESSO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Frederico Thales de Araújo Martos e José Antonio de Faria Martos)	494
INTRODUÇÃO	495
A MOROSIDADE DA JUSTIÇA E SEUS QUANTITATIVOS	496
A CONCEPÇÃO ATUAL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	499
DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES – TRAGENDE GRÜNDE	502
A POSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NO MODELO ATUAL	502
DA OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	503
A SUBJETIVAÇÃO DO CONTROLE CONCENTRADO	504
CONCLUSÃO	505
REFERÊNCIAS	507
AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: POSSIBILIDADES DEMOCRATIZAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO? (Carolina Lisowski e Priscila Cardoso Werner)	509
INTRODUÇÃO	510
ESPAÇO PÚBLICO E TEMPOS MODERNOS	511
A EXPERIÊNCIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ADPF 18613: UM AMBIENTE DEMOCRÁTICO?	517
CONCLUSÃO	522
REFERENCIAS	523
SISTEMA DA COMMON LAW: SEUS FUNDAMENTOS PODEM APRIMORAR O SISTEMA PRECEDENTALISTA BRASILEIRO? (Dirceu Pereira Siqueira e Jaime Domingues Brito)	525
INTRODUÇÃO	526
ASPECTOS GERAIS	527

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

